



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TERMO DE PARCERIA Nº 195/06

Processo Administrativo nº 06/10/31390

Interessado: Secretaria Municipal de Educação

Objeto: Termo de Parceria que entre si celebram o Município de Campinas e Lar Pequeno Paraíso, para execução de programas complementares de educação infantil.

Por este instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, doravante denominado simplesmente **SME** (Secretaria Municipal de Educação), devidamente representado e, de outro, a **ENTIDADE LAR PEQUENO PARAÍSO** doravante denominada **ENTIDADE**, reconhecida como Órgão de Utilidade Pública Municipal, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ./MF sob n.º 04.418.403/0001-06 registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – sob o n.º 139 e no Conselho Municipal de Assistência Social CMAS sob nº 196, com sede na Rua Serra do Umbuzeiro, 14 – Jardim Paranapanema– CEP 13100-239, Campinas, representada por seu Presidente **SR. EMÍLIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS**, portador do RG n.º 7.212.719-3, e do C.P.F. nº 036.121.068-05, tem certo e ajustado, de acordo com as disposições da Lei Municipal 10.869 de 29/07/01 e da Lei Municipal 11.279 de 19/06/02, regulamentadas pelo Decreto Municipal 13.673 de 26/07/01 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 – LDBN - conforme as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente parceria tem por objeto, mediante a conjugação de esforços mútuos entre os partícipes, a cooperação financeira para a execução de programas complementares de educação infantil apoiados pelo MUNICÍPIO a serem desenvolvidos pela ENTIDADE nele localizada, conforme o Projeto Pedagógico apresentado e em consonância com as diretrizes da SME.

1.1.1. O repasse de recursos, objeto dessa parceria, deverá ser aplicado pela **ENTIDADE** para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, conforme dispõe a LDBN, art.s 70 e 71, a Lei Municipal 10.869 de 29/07/01 e a Lei Municipal 11.279 de 19/06/02, regulamentadas pelo Decreto Municipal 13.673 de 26/07/01, vedada a aquisição de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

bens permanentes e também as seguintes despesas:

1.2. É VEDADA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA DESPESAS COMO:

1 - PESSOAL

Pagamento de profissionais da área administrativa e da área de apoio, exceto assistente administrativo, servente, guarda, cozinheira e auxiliar de serviços gerais.

2 - ENCARGOS E/OU BENEFÍCIOS TRABALHISTAS

- a) Passes de ônibus;
- b) PIS;
- c) Seguro de vida;
- d) Auxílio creche;
- e) Contribuições a Entidades de Classe;
- f) Contribuições sindicais;
- g) Insalubridade.

3 - CONSUMO

Aquisição de gêneros alimentícios, incluindo guloseimas, lanches, refeições e contratação de serviço de buffet;

Bobina de fax e calculadora de bolso;

Aquisição de brinquedos ou jogos em desacordo com o objetivo do Projeto Pedagógico de atendimento às crianças, assim como à sua faixa etária;

Itens de informática, mouse, filtro de linha, estabilizador e tela anti-reflexo de vídeo para monitor;

Materiais de escritório para uso na área administrativa da **ENTIDADE**;

Materiais próprios para criadouro e alimentação de animais de qualquer espécie;

Itens característicos para decoração de ambientes e recintos da **ENTIDADE**;

Despesa de qualquer espécie que caracterize auxílio assistencial, individual ou coletivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Multa de qualquer espécie, incluindo aquelas por atraso de pagamento dos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários;

Transferência de recursos financeiros, a qualquer título, a terceiros;

Aquisição de ferramentas e materiais de artesanato de qualquer espécie;

Aquisição de bens permanentes, tais como: mesa, cadeira, carteiras, armários, quadro de avisos, quadro branco, equipamentos áudio visuais, equipamentos e utensílios de cozinha, playground, gangorras, caixas/piscinas de areia, brinquedos e outros bens de material resistente, etc.

4 - SERVIÇOS E OUTROS

Infra-estrutura como construções, ampliações e reformas de prédios ou salas, assim como aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos;

Pagamento de juros, taxas e tarifas de qualquer natureza, inclusive as bancárias (exceto CPMF);

Aquisição de medalhas, prêmios, flores, presentes e outros itens que se constituam em benefício individual;

Aquisição ou confecção de uniformes, camisetas e vestuário em geral que se constituam em benefício individual;

Aquisição ou confecção de impressos em geral;

Pagamento de gás de cozinha, de materiais e serviços de manutenção de veículos, de combustíveis, de transporte para desenvolver ações administrativas ou pedagógicas, serviço de táxi, pedágio e estacionamento;

Pagamento de água, luz, telefone e aluguéis;

Plastificação, encadernação e serviços contábeis sejam estes prestados por contador ou por escritório de contabilidade;

Pagamento, de qualquer título, a servidores da Administração Pública, Estadual e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Municipal;

Pagamento, a qualquer título aos membros da direção da **ENTIDADE** e a pessoas que possuam grau de parentesco com membros da diretoria da **ENTIDADE**, sejam estes contratados ou prestadores de serviço autônomo;

Contratação de empresa de propriedade de membros da diretoria da **ENTIDADE** ou ainda, de propriedade de pessoas que possuam grau de parentesco com estes.

1.3. OS RECURSOS FINANCEIROS REPASSADOS À ENTIDADE PODERÃO SER UTILIZADOS PARA AS DESPESAS RELACIONADAS A SEGUIR:

1 - PESSOAL

Pagamento de profissionais da educação, habilitados para dar atendimento às crianças, a saber: professor, orientador pedagógico, diretor pedagógico, pedagogo (que exerça a função de orientador curricular), psicólogo, servente, guarda, cozinheira, auxiliar de cozinha, assistente administrativo, auxiliar de serviços gerais, assistente social e monitor.

2 - ENCARGOS

Pagamentos devidamente comprovados através de documentos fiscais, de encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e benefícios relacionados a seguir:

13º salário, férias, 1/3 de férias, descanso semanal remunerado, aviso prévio, rescisão contratual no que se refere a salários e férias devidos;

INSS e FGTS;

Hora-extra;

Adicional por tempo de serviço, biênio, anuênio;

Vale transporte (desde que venha no holerith do funcionário).

3 - CONSUMO

Aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da ENTIDADE, tais como:

Material de higiene e limpeza, material de papelaria/escritório destinado às crianças, filmes para máquina fotográfica, cartucho/fitas para impressora e toner para máquina



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

copiadora;

Materiais pedagógicos tais como: discos, cd's, cd-rom's, dvd's, fitas de vídeo, filmes, livros, bonecos didáticos, fantasias e outros materiais pedagógicos destinados às crianças;

Aquisição de brinquedos e jogos educativos adequados à faixa etária, EXCETO aqueles considerados PERMANENTES;

Material esportivo e coletes para jogos voltados à área de educação física, para uso coletivo das crianças, EXCETO aqueles considerados PERMANENTES;

Aquisição de espelhos de qualquer tamanho, com ou sem moldura;

Aquisição de tecidos para confecção de material pedagógico, de fantasias, de cortinas para sala de aula, de toalhas para recinto dos alunos e para mesas de refeitório e outros que se destinem ao bem estar das crianças;

Aquisição de tapetes, colchões, colchonetes, lençóis, edredom, cobertor, toalhas de rosto, toalhas de banho, panos de copa, toalhas de mesa, cortinas, capas para colchão e colchonete destinado às crianças.

4 - TARIFAS E SERVIÇOS

Pagamento de tarifas e serviços necessários ao funcionamento da entidade, tais como:

Despesas com CPMF;

Serviços de fotocópias, de correios e de revelação de fotografias;

Assinatura de revista que sirva de subsídio para a área pedagógica;

Manutenção de máquina de lavar, secar, fogão, geladeira, freezer, coifa e recarga de extintores;

Manutenção de equipamentos de caráter pedagógico que sirvam diretamente às crianças como: gravador, televisão, som, vídeo cassete, dvd, mimeógrafo, máquina copiadora, computador, impressora, playground e mobiliários de uso das crianças;

Realização ou participação em cursos, seminários e congressos de curta duração (30 horas) destinados aos profissionais de educação, cujos conteúdos correspondam ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

aprofundamento do projeto pedagógico da **ENTIDADE** ou à implantação de novos programas curriculares, com a devida comprovação de participação;

Passeios vinculados às atividades educativas (exclusivamente despesa com transporte escolar, devidamente regularizado e efetuado por empresa habilitada) e ingressos;

Aquisição de brinquedos educativos confeccionados artesanalmente, EXCETO aqueles com características de bem PERMANENTE.

SEGUNDA – DAS ATIVIDADES

2.1. A **ENTIDADE** desenvolverá, em ação conjunta a Rede Municipal de Ensino de Campinas, atividades educacionais com crianças na faixa etária de zero a seis anos, observando as especificidades do público atendido nos seus aspectos físico, emocional, afetivo, cognitivo, lingüístico e social, de acordo com a legislação pertinente, em especial a LDBN e pela Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em conformidade com o estabelecido no Projeto Pedagógico cujas metas e propostas passam a ser parte integrante deste Termo de Parceria.

TERCEIRA - DO VALOR DOS RECURSOS

3.1. Para a concretização dos objetivos da presente parceria, o **MUNICÍPIO** fará o repasse dos recursos financeiros oriundos da dotação orçamentária correspondente ao exercício do ano de 2006, cujo montante será calculado pelo número de alunos atendidos.

3.1.1. A **ENTIDADE** remeterá junto à prestação de contas, ofício com o número de crianças atendidas, por idade e duração do atendimento.

3.1.2. Os recursos transferidos pelo **MUNICÍPIO** à **ENTIDADE**, em função deste Termo de Parceria serão depositados junto ao Banco Banespa agência nº 0575 – conta nº 13.003.332-2 devendo ser aplicados, exclusivamente, na execução do objeto deste Termo.

3.1.3. Para fins do cálculo do per capita, será considerada a idade da criança atendida, na data de 01/01/2006, não implicando a alteração de idade no decorrer do convênio



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

em mudança de faixa/valor.

3.1.4. A ENTIDADE receberá o montante de R\$30.690,00 (trinta mil seiscentos e noventa reais) em parcela única.

QUARTA – DA COMPETÊNCIA DA SME

4.1. Compete ao Município de Campinas, por meio da **SME**

Organizar a rede de atendimento educacional prestado pela **ENTIDADE** e pelo serviço público;

Proceder, por intermédio da Assessoria de Educação e Cidadania do Departamento Pedagógico da SME, o acompanhamento e avaliação do atendimento e execução da proposta pedagógica da **ENTIDADE**, inclusive a verificação do controle de frequência das crianças atendidas;

Transferir à **ENTIDADE** os valores dos recursos de que trata a Cláusula Terceira.;

Receber e analisar as prestações de contas, por intermédio do Departamento Financeiro, apresentado mensalmente pela **ENTIDADE**;

Fiscalizar a utilização dos recursos, observando as cláusulas deste Termo de Parceria e as metas previstas no Projeto Pedagógico apresentado pela **ENTIDADE**;

QUINTA - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

5.1. Compete à **ENTIDADE**:

Executar o programa de educação infantil nos termos da Cláusula primeira e segunda;

Convergir esforços e utilizar recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprir o Projeto Pedagógico;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Manter organizado e atualizado prontuário individual, ficha de matrícula e registro de presença, contendo relação nominal das crianças atendidas;

Atender o número de crianças de acordo com o estabelecido no Projeto Pedagógico;

Apresentar mensalmente à Assessoria de Educação e Cidadania controle de frequência diária das crianças atendidas;

Informar ao **MUNICÍPIO**, por meio da Assessoria de Educação e Cidadania, as ausências das crianças para controle e preenchimento das vagas quando for necessária;

Prestar ao **MUNICÍPIO**, por meio da **SME**, todas as informações referentes aos indicadores de resultados relevantes à avaliação da execução do objeto do presente Termo de Parceria;

Aplicar, integralmente, os recursos transferidos pelo **MUNICÍPIO**, no atendimento objeto do presente Termo de Parceria, observando a destinação especificada na Cláusula Terceira;

Enviar a prestação de contas ao **MUNICÍPIO** por meio da **SME**, até o décimo dia útil do recebimento do recurso, bem como relativas aos meses de janeiro e fevereiro de 2007;

Regularizar as pendências apontadas pelo Departamento Financeiro e pelo Departamento Pedagógico no de prazo de 10 (dez) dias;

Submeter-se à penalidade quando constatadas quaisquer irregularidades;

Obrigar-se a devolver o saldo à municipalidade, na finalização deste termo de parceria em caso de não utilização da totalidade dos recursos;

Utilizar os eventuais rendimentos de aplicação financeira no atendimento do objeto do referido termo de parceria ou devolvê-los à municipalidade;

Apresentar, ao final da vigência da parceria a prestação de contas juntamente com um relatório geral das atividades;

Recrutar e manter profissionais com grau de instrução compatível com a função desempenhada, necessária a execução do Projeto Pedagógico, conforme habilitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

legal exigida;

Executar seu Projeto Pedagógico, respeitando as diretrizes curriculares legais e orientações da **SME**;

Assegurar atendimento qualificado correspondente à modalidade proposta para o seu público alvo, por meio do Projeto Pedagógico que atenda as necessidades da comunidade, bem como das crianças, conforme estabelecido da Lei nº 9.394/96 (LDBN), Lei nº 8.069/90 (ECA) e Resolução 006/01 do CMDCA;

Garantir a participação dos integrantes da **ENTIDADE**, dos familiares e da comunidade nas decisões referentes à aplicação dos recursos recebidos, bem como na execução do Projeto Pedagógico;

Atender as demandas da região de abrangência, conforme disponibilidade de vagas;

Informar à comunidade local a existência da parceria com o Município de Campinas através de meios de comunicação visual permanente e de grande visibilidade.

SEXTA – DA COMUNICAÇÃO

6.1. A ENTIDADE comunicará, por escrito e imediatamente, à Secretaria Municipal de Educação, todo e qualquer fato que considerar relevante e que venha, ou possa vir, a interferir no presente Termo de Parceria.

SÉTIMA - DO PRAZO

7.1. A presente parceria vigorará a contar da data de sua assinatura até 28/02/2007, devendo ser denunciado pelo MUNICÍPIO no caso de infração de qualquer de suas cláusulas. A denúncia operará os efeitos trinta dias após a notificação extrajudicial, que poderá ser encaminhada por correspondência com aviso de recebimento, mediante recibo ou por qualquer meio que comprove o inequívoco recebimento da notificação pela ENTIDADE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A **ENTIDADE** deverá apresentar a prestação de contas, até o décimo dia útil do recebimento do recurso, bem como relativas aos meses de janeiro e fevereiro de 2007, composta dos seguintes documentos:

Ofício de encaminhamento dirigido ao Prefeito Municipal onde conste o número de crianças atendidas no mês, por idade e duração do atendimento;

Demonstrativo de execução físico-financeira dos recursos repassados, conforme modelo a ser fornecido pela **SME**;

Cópia do extrato bancário da conta corrente específica para movimentação dos recursos e cópia de extrato de aplicação financeira, caso tenha ocorrido;

Documentos originais, e suas respectivas cópias, das despesas discriminadas no demonstrativo de execução físico-financeira;

Justificativa formal para esclarecimento de eventuais situações contrárias ao exposto neste Termo de Parceria que venham a ocorrer e possam gerar dúvidas na análise das contas;

Comprovante de depósito para a **SME** de eventual saldo não utilizado quando do encerramento do prazo de execução do Termo de Parceria, em conta bancária específica a ser indicada pela **SME**.

NONA – DO REPASSE

9.1. A **ENTIDADE** será obrigada a devolver o valor total do recurso repassado, nos casos em que não apresentar a prestação de contas no prazo determinado, tiver a prestação de contas rejeitada, utilizar os recursos em desacordo com os critérios estabelecidos ou descumprir o previsto no Projeto Pedagógico apresentado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas para dirimir qualquer dúvida ou questão oriunda desta parceria, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campinas, 11 de dezembro de 2.006.

DR. HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS

Prefeito Municipal

CARLOS HENRIQUE PINTO

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

GRACILIANO DE OLIVEIRA NETO

Secretário Municipal de Educação

ENTIDADE “LAR PEQUENO PARAÍSO”

Presidente da Entidade Emílio Roberto Chierighini Martins